

**Novos movimentos sociais e o direito ao transporte coletivo
no Brasil**

***New social movements and the right to collective
transportation in Brazil***

***Nuevos movimientos sociales y el derecho al transporte
colectivo en Brasil***

Rebeca Barreto Duarte¹
Renata Maldonado da Silva²

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Assistente Social do Instituto Federal Fluminense (IFF). E-mail: rebecabduarte@hotmail.com

² Doutora em Educação. Professora Associada do Laboratório de Estudos da Educação e Linguagem (LEEL/CCH/UENF) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais. E-mail: r.maldonado@globo.com

Resumo: Este estudo tem o objetivo de situar o Movimento Passe Livre (MPL) no estudo dos chamados novos movimentos sociais. Para isso discutimos, inicialmente, o modelo de política de transporte adotada no Brasil e a luta pelo direito ao transporte coletivo, dando destaque ao MPL. Este se autodenomina um movimento social autônomo, horizontal, independente, apartidário (porém não antipartidário), que luta por um transporte público gratuito para toda a população. Posteriormente, trazemos a discussão dos novos movimentos sociais, tomando como referência principalmente Bihr (2010) e Touraine (1988). Por fim, realizamos uma relação entre o Movimento Passe Livre e o proposto pelos autores supracitados acerca dos novos movimentos sociais.

Palavras-chave: movimentos sociais; novos movimentos sociais; Movimento Passe Livre.

Abstract: This study aims to situate the Movimento Passe Livre (MPL) in the study of the so-called new social movements. For this we first discussed the transport policy model adopted in Brazil and the struggle for the right to collective transportation, highlighting MPL. It calls itself an autonomous, horizontal, independent, non-partisan (but not anti-party) social movement that fights for free public transport for the entire population. Posteriorly, we bring the discussion of the new social movements, taking as reference Bihr (2010) and Touraine (1988). Finally, we make a relation between the Movimento Passe Livre and the one proposed by the authors mentioned above about the new social movements.

Keywords: social movements; new social movements; Movimento Passe Livre.

Resumen: Este estudio tiene el objetivo de situar el Movimento Passe Livre (MPL) en el estudio de los llamados nuevos movimientos sociales. Para eso inicialmente discutimos el modelo de política de transporte adoptada en Brasil y la lucha por el derecho al transporte colectivo, dando destaque al MPL. Este se autodenomina un movimiento social autónomo, horizontal, independiente, apartidario (pero no antipartidista), que lucha por un transporte público gratuito para toda la población. Posteriormente, traemos la discusión de los nuevos movimientos sociales, tomando como referencias principales los autores Bihr (2010) y Touraine (1988). Por fin realizamos una relación entre el Movimento Pase Libre y lo que fue propuesto por los autores citados acerca de los nuevos movimientos sociales.

Palabras clave: movimientos sociales; nuevos movimientos sociales; Movimento Passe Livre.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, os movimentos sociais têm constituído um espaço importante de construção de sujeitos coletivos visando à conquista de direitos sociais. Os movimentos sociais podem ter características muito distintas, desde sua forma de organização até os seus objetivos. Se o movimento social tiver como finalidade exclusiva a busca por melhores condições de venda da força de trabalho, esse movimento é de cunho reformista, o que podemos denominar de luta reivindicatória ou sindical. Por meio dessa luta, pode-se conquistar novos direitos civis, políticos e sociais, ou a efetivação de direitos já existentes, com a afirmação da cidadania ou democracia – o que, na tradição marxista, remete à emancipação política. Já a luta revolucionária tem, por objetivo final, a superação do modo de produção capitalista, em vista de uma nova ordem societária – seria a conquista da emancipação humana.

Em meados do século XX, surgem os denominados “Novos Movimentos Sociais” (NMS). Estes possuem, por vezes, o objetivo de complementar as lutas de classes dos movimentos clássicos, agregando força a essas lutas. Por outras vezes, surgem como alternativas aos movimentos clássicos, como partidos políticos de esquerda, acabando por tentar substituir suas lutas. A partir de determinados autores, os novos movimentos sociais são, entre outros, movimentos ecológicos, movimentos pacifistas e antinucleares, movimentos regionalistas e nacionalistas, movimentos urbanos, feministas.

Neste trabalho, nos propomos a identificar em que medida um movimento social brasileiro contemporâneo, o Movimento Passe Livre (MPL), pode ser relacionado ao conceito de novos movimentos sociais, à luz de autores que se debruçaram a estudar o referido conceito. Para isso, faremos uma exposição do MPL, destacando sua principal bandeira de luta, suas propostas de ação, sua criação e trajetória. Além disso, discutiremos brevemente acerca da função do transporte coletivo na sociedade capitalista, e sua atual condição no Brasil.

2 NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Ao analisar o desenvolvimento acelerado dos denominados novos movimentos sociais em todos os países ocidentais, Bihl (2010, p. 143)

afirma que eles apresentam um duplo caráter. Ao mesmo tempo em que as questões que permeiam suas lutas situam-se, em geral, fora da esfera da produção e do trabalho, visto que concernem a aspectos que não parecem determinados diretamente pelas relações capitalistas, seus protagonistas geralmente mantêm uma postura de hostilidade ou indiferença com relação às organizações e referências ideológicas e políticas do movimento operário hegemonicamente socialdemocrata.

O autor (BIHR, 2010, p. 144) declara que, para entender a importância dos novos movimentos sociais, devemos levar em conta a apropriação pelo capitalismo da práxis social, ou seja, do processo que leva todo o conjunto da prática social a se submeter aos imperativos do capital, tendo seus conteúdos e suas formas, conseqüentemente, remodelados. Nesse sentido, todas as relações sociais acabam se submetendo à lógica da reprodução mercantil, não apenas às relações de produção. Dessa apropriação, resulta um processo rápido e profundo de socialização da sociedade, que significa que cada prática, ato ou relação social tendem a ser mediados por todos os outros.

Bihl (2010) estende o entendimento acerca da apropriação pelo capitalismo do conjunto das práticas sociais à comunicação simbólica, porque o autor considera que “as mídias controladas pelo capital e/ou pelo Estado tendem a monopolizar cada vez mais, empobrecendo-a a ponto de sua própria sobrevivência colocar problemas para algumas pessoas; submetendo-a a um processo de reificação crescente [...]” (BIHR, 2010, p. 146).

Apesar da grande diversidade dos objetivos e terrenos de atuação dos novos movimentos sociais, existem alguns traços em comum entre eles, que são, de acordo com Bihl (2010, p. 152):

[...] todos os seus terrenos e objetivos situavam-se fora da esfera do trabalho e da produção, mesmo quando tinham alguma relação com ela [...]; foram logo caracterizados por uma desconfiança comum para com o Estado e, portanto, para com a “sociedade política (os partidos e os políticos) [...]”; desenvolveram uma ação crítica e contestatória colocando em questão, de maneira mais ou menos radical, um aspecto particular das condições gerais de existência resultantes da apropriação capitalista da práxis social, e atacando poderes públicos como responsáveis por essas condições [...]; exprimiram uma nova cultura política, centrada no conceito de autogestão e, de modo mais amplo, de novos valores [...].

Como um ponto positivo dos novos movimentos sociais, o autor (BIHR, 2010, p. 153) destaca que eles chamaram atenção para a necessidade de a luta contra a exploração e dominação capitalistas passar por espaços que aparentemente não têm relação direta com elas. Com isso, colocaram em evidência o fato de que tudo é ou tornou-se político, a começar pelas relações entre mulheres e homens, até a organização do espaço, do tempo e social, e, nesse sentido, é preciso ampliar a luta anticapitalista. Além disso, o autor ressalta que os novos movimentos sociais salientaram as insuficiências do movimento operário sob hegemonia socialdemocrata.

Bihr (2010, p. 143) afirmou que os novos movimentos sociais apresentam um duplo caráter: ao mesmo tempo em que as questões que envolvem suas lutas estão fora da esfera imediata do trabalho e da produção, visto que concernem a aspectos que não parecem determinados diretamente pelas relações capitalistas, seus protagonistas geralmente mantêm uma postura de hostilidade ou indiferença com relação às organizações e referências ideológicas e políticas do movimento operário hegemonicamente socialdemocrata.

No que diz respeito a essa relação entre os novos movimentos sociais e o movimento operário, Bihr (2010, p. 154) entende que não chegou a ocorrer uma articulação entre ambos. A falta de articulação gerou uma relativa fraqueza política nos novos movimentos sociais, visto que eles possuíam terrenos de intervenção periféricos quando comparados à relação social considerada central, o capital. Os novos movimentos sociais não colocavam diretamente em questão as lutas relativas aos objetivos mais imediatos do proletariado, como a melhora das condições da venda da força de trabalho. Mas colocaram para discussão as condições sociais mais gerais de sua reprodução, consideradas indiretas e secundárias, que derivam da situação de apropriação capitalista da sociedade.

O autor (BIHR, 2010, p. 155) coloca em evidência o caráter particularista dos novos movimentos sociais – cada movimento social tendeu a se isolar em determinado grupo de problemas, muitas vezes sem aparente relação com os outros, levando ao fechamento nas práticas mais localizadas –, a predominância da influência do *staff* administrativo em seu seio, e, por fim, a orientação direitista – liberal – ou reformista – neossocialdemocrata –, que acabaram por tomar os novos movimentos sociais. Sendo assim, os novos

movimentos sociais “contribuíram com muita frequência, conscientemente ou não, para uma simples adequação social e cultural do capitalismo” (BIHR, 2010, p. 156). E, de certa forma, acabaram por tornarem-se os vetores do aperfeiçoamento capitalista da sociedade.

A partir dessas análises, o autor destaca a importância de pôr fim à separação entre novos movimentos sociais e movimento operário, que é considerada prejudicial a ambos, uma vez que a luta anticapitalista deve desenrolar tanto dentro quanto fora da esfera do trabalho, no sentido da reapropriação da totalidade das relações sociais (BIHR, 2010, p. 157)

Bihl (2010) entende que os novos movimentos sociais fizeram emergir referenciais éticos e políticos, e, entre eles, alguns possuem potencial anticapitalista. Para ele, os referenciais supracitados se articulam em torno da tríade *autonomia-igualdade-solidariedade*:

A autonomia. É a recusa da expropriação generalizada da existência que a apropriação capitalista da práxis social tende a impor; a recusa de uma existência reduzida a um conjunto de papéis comandados e controlados pelos aparelhos de reprodução do capital. Em síntese, uma vontade de democracia direta ou de autogestão. [...] *A igualdade.* Sua reivindicação é expressa aqui especialmente na crítica de algumas relações de dominação: entre homens e mulheres (o sexismo), entre adultos e jovens (o paternalismo), as resultantes do período colonial (o racismo); [...] E na recusa dos fenômenos de exclusão, de marginalização, de segregação que o desenvolvimento do capitalismo, em geral, e a crise atual, em particular, engendram – o desemprego e a instabilidade. [...] *A solidariedade.* É a recusa da individualização concorrencial (da “guerra de todos contra todos”) que a reprodução ampliada do capital procura impor como regra de vida. (BIHR, 2010, p. 160-1)

Conforme Bihl (2010, p. 238), as disputas e os terrenos das lutas que devem ser conduzidas fora do trabalho nas formações capitalistas desenvolvidas são muito numerosas, complexas e possuem particularidades. Por isso nenhuma organização deve pretender assumi-las sozinha, nem mesmo as do tipo sindicalista-revolucionária. Nesse sentido, o autor reconhece que existe lugar para movimentos sociais específicos fora do trabalho, “autônomos em relação às organizações de classe próprias ao proletariado, ou seja, que não se dirijam somente a seus membros e que não considerem exclusiva nem prioritariamente apenas seus interesses” (BIHR, 2010, p. 139). Porém, para

ele, a referida autonomia não deve representar indiferença nem hostilidade entre o movimento operário e os novos movimentos sociais, mas, pelo contrário, a necessidade de uma relação estreita entre ambos.

Acerca do assunto discutido, os novos movimentos sociais, Montaño e Duriguetto (2011, p. 342) afirmaram:

[...] denominou-se como Novos Movimentos Sociais na América Latina a emergência de organizações, movimentos, sujeitos sociais, que pautam suas ações, demandas e lutas a partir de uma diversidade de temas e questões. É esse universo multifacetado – tanto no campo organizativo quanto no campo interventivo – que constitui o denominador comum na utilização da expressão “Novos Movimentos Sociais”.

Porém o autor realizou uma crítica à denominação “novos”, pois acredita que os sujeitos demandantes desses movimentos não são novos. Segundo ele, os sem terra, sem teto, mulheres, índios, negros, entre outros, têm uma luta social travada historicamente, que não deve ser considerada recente. Na verdade, essa nomenclatura visa secundarizar, deixando de lado a noção de classe social que é intrínseca às bandeiras de luta dos chamados novos movimentos sociais. Afirmou que, “mais do que substituir as lutas de classes, os chamados ‘NMS’ vêm complementar a elas, sob formas diversas e com distintos tipos de vinculação, direta ou indireta, consciente ou não” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 p. 343).

Seguindo as mesmas ideias, ao criticar o conceito ou a teoria dos novos movimentos sociais, Martins (2014, p. 353) afirmou:

[...] as teorias dos NMS colocam a identidade coletiva como elemento central para a explicação dos movimentos. Deixam de ser consideradas como um produto do movimento a partir de condições objetivas comuns e são consideradas como fruto imediato da ação do grupo. Os movimentos aparecem como se fossem autodeterminados e, uma vez que não se pretende ir além da ação coletiva e da identidade por ela criada, a dimensão da luta de classes e o movimento do capital não aparecem como determinações.

Sendo assim, o sujeito passou a ser considerado a partir de sua condição particular, como se o que ele demanda não fosse produto da totalidade das relações sociais na sociedade capitalista – o que pode ser denominado de reflexos da questão social. No capitalismo, como já se abordou

anteriormente, grande parte dos indivíduos que compõem a sociedade, vive uma situação de exploração, isto é, aqueles que não detêm os meios de produção, possuindo apenas a venda da sua força de trabalho como meio de subsistência. As classes dominantes buscam, assim, desfazer a noção de classe social intrínseca à nossa sociedade, realizando a despolitização dos sujeitos e fazendo com que o atendimento às demandas pontuais e individuais sejam vistas como única finalidade dos movimentos sociais.

Nesse sentido, estes dois últimos autores – Montaño e Martins – realizam uma crítica um pouco diferenciada da desenvolvida por Bihr. Enquanto Bihr (2010) reconhece a extrema importância da existência dos chamados novos movimentos sociais e entende a importância dessas lutas, mesmo que se desenvolvam fora da esfera do trabalho (mas, além disso, destaca a necessidade desses dois tipos de luta, o movimento operário e os novos movimentos sociais, possuírem uma relação estreita entre si), Montaño e Duriguetto (2011) acreditam que a denominação “novos” só visa secundarizar a luta desses sujeitos, desconectando-as da relação capital/ trabalho. Além disso, este autor consegue perceber que existe sim uma relação entre as demandas dos considerados novos movimentos sociais e os movimentos sociais clássicos.

Com uma visão diferenciada acerca do surgimento e desenvolvimento dos novos movimentos sociais em relação à busca do fim do capitalismo, destacamos aqui as contribuições de Touraine (1988). O autor, ao escrever no ano de 1988, entendeu que entrávamos em um novo tipo de sociedade que acabava por exigir a formação de novos movimentos sociais. Para ele (TOURAINÉ, 1988), a “época socialista” havia chegado ao fim, o que significava dizer que o movimento operário como personagem histórico tinha perdido sua importância, visto que não havia mais o espaço de seu campo de batalha, ou seja, a sociedade industrial, nem seu adversário histórico, o industrializador.

O autor (TOURAINÉ, 1988, p. 46) entende que ocorre um recuo na sociedade industrial em detrimento da sociedade programada¹. No período

¹ “Na *sociedade programada*, o conhecimento se torna a principal força econômica produtiva, e o vínculo social é concebido por redes de comunicação, onde os bens materiais perdem espaço para os bens culturais do conhecimento. As preocupações e empenho dos

entre 1968 e 1975, ocorreu uma desaceleração no crescimento industrial, com uma crise em diversos setores, como a siderurgia, o que levou a aumentar ainda mais a queda da população operária. Isso não significa que a população e a condição operária deixem de existir, porém o que ocorre é que “a ação operária se apoia cada vez menos na autonomia profissional e cultural que lhe dava força de resistência e lhe nutria a perspectiva de uma sociedade de produtores.” (TOURAINÉ, 1988, p. 47). Touraine destaca que:

[...] o fim da época socialista não anuncia nem a despolitização e o fim das ideologias, nem o irresistível florescimento dos Estados todo-poderosos, mas, em certas condições, ao menos, um novo movimento social, novas manifestações da opinião pública e, portanto, novas reivindicações políticas. (TOURAINÉ, 1988, p. 18)

Sendo assim, o autor não considera este novo tipo de sociedade que vem após a industrial, denominada por ele de sociedade programada, uma sociedade apática. Pelo contrário, destaca o surgimento, por todos os lados, de inovações, ações coletivas, contestações. Mas, para ele, essas reivindicações acabam por não serem ouvidas na medida em que possuem um discurso deformado por um jargão político. “As novas energias se dissipam quando se teima em fazê-las acionar velhas máquinas em desuso” (TOURAINÉ, 1988, p. 17).

Touraine (1988, p. 22) destaca a importância da criação de um novo campo cultural e um novo movimento social, devido à existência de uma multiplicidade de rupturas e iniciativas que estão presentes em todos os lugares, mesmo que fracos e desordenados e sem fazer parte de um mesmo conjunto. Ele entende que essas reivindicações não constituem novas formas do movimento operário e da ideia socialista, que concentravam sua luta na esfera econômica, enquanto as principais contestações de hoje se voltam para o campo da cultura. Mas o autor alerta que sua crítica é também no sentido de evitar que o fim do modelo socialista configure uma paralisação da esquerda e a criação de um vazio que possivelmente seja preenchido por uma reação autoritária.

agentes sociais se direcionam para as finalidades e utilidades das produções culturais – como a educação, os cuidados médicos, ambientais e as informações de massa –, dando espaço para as subjetividades da experiência da vida vivida socialmente” (RAMOS, 2011).

A respeito da formação dos novos movimentos sociais, Touraine (1988, p. 121) afirmou que estes se dão principalmente em três domínios: o movimento das mulheres, os movimentos regionais e o movimento antinuclear. Entendemos que, mesmo que estes possam ser considerados os principais, outros tipos de demandas e movimentos também devem ser abarcados pelos novos movimentos sociais.

Para o autor (TOURAINÉ, 1988, p. 138), é necessário criar novas formas de ação coletiva para estes novos movimentos sociais, visto que definem por si mesmos seus fins, se autogerenciam e não estão subordinados a teóricos ou partidos.

A maioria dos novos grupos de reivindicação e contestação querem ser, antes de tudo, exemplares, organizados em consonância com seus fins mais do que com as exigências de um combate: são grupos menos instrumentais do que expressivos, cujos participantes se sentem gratificados tanto pela experiência que neles vivenciam quanto pela consciência da missão que executam. (TOURAINÉ, 1988, p. 139).

Touraine (1988) destaca como características desses novos grupos, a predominância do grupo sobre o objetivo, o fim de sua submissão a uma instância superior – seja política ou ideológica –, a ausência de centralismo, a busca da autonomia e iniciativa e a autodeterminação dos movimentos. Além disso, como a participação no movimento não se justifica mais pela filiação a determinado grupo, ela se dá de maneira voluntária, podendo haver uma variedade de símbolos de identificação, como as posturas corporais e as vestimentas, por exemplo.

3 O DIREITO AO TRANSPORTE COLETIVO E O MOVIMENTO PASSE LIVRE

O transporte público é um produto histórico que, apesar de resultante de lutas sociais da classe trabalhadora, visa atender aos interesses do modo de produção capitalista. Sem um grande investimento no transporte do excedente da produção no campo para as feiras de trocas de mercadorias, que possibilitou a eclosão dos grandes centros comerciais na Europa, não teria sido possível a expansão do capitalismo. Porém, além do transporte de mercadorias – bens de consumo-, o transporte também precisa

possibilitar a circulação da mercadoria força de trabalho, que é essencial ao funcionamento do sistema, qual seja, o transporte do trabalhador de sua residência até o local da produção. Nesse sentido, o transporte público coletivo torna-se essencial à produção e reprodução no modelo econômico e social vigente. Entretanto a formulação de políticas públicas de transporte não se preocupa exclusivamente com a maior parte do seu público alvo, a classe trabalhadora, como os autores apontaram abaixo.

A gestão desse transporte envolve interesses de diversos setores, entre eles: as grandes empresas automobilísticas; empresas privadas que oferecem o serviço de transporte coletivo; empresas da construção civil que atuam na realização de obras de mobilidade; políticos do poder executivo e legislativo; órgãos reguladores; trabalhadores do setor de transporte (motoristas, cobradores, mecânicos); usuários do serviço, entre outros. O resultado desse conflito de interesses tem sido a precária condição de transporte, que é oferecido a um custo muito mais alto ao usuário, uma vez que o responsável por essa política, o Estado, está sujeito às forças do mercado. (ASSAD; QUEIRÓZ, 2015, p. 13-4).

Assad e Queiróz (2015) afirmaram que o poder de decisão e gestão do transporte coletivo hoje está sob responsabilidade das prefeituras, ficando os poderes Executivo e o Legislativo dos municípios com um enorme poder sobre a prestação desse serviço. Sendo assim, a maioria dos municípios realiza contratos de concessão precários, deixando as empresas que prestam o serviço quase livres de auditorias públicas. Desse fator, percebe-se que as Parcerias Público Privado (PPP) no transporte coletivo são um ótimo negócio para os empresários, em que o poder público responsabiliza-se, em geral, por todo o investimento em infraestrutura, que não gera lucro, enquanto as empresas ficam com as atividades que rendem grande retorno financeiro. O mesmo autor ainda observou que grande parte das empresas que ganham as concessões do transporte coletivo foram ou são financiadoras das campanhas eleitorais dos candidatos a vereadores e prefeitos eleitos, o que faz com que os políticos tenham que compensar o investimento realizado em suas campanhas.

Além desses fatores, cabe destacar que, conforme Godeiro (2012), o principal ramo que motivou o desenvolvimento industrial no Brasil, foi o das indústrias automotivas, por meio da chegada da Mercedes-Benz,

Volkswagen e Chrysler, a partir de 1950. Nessa época, o governo nacional que colocava em ação o plano de desenvolvimento “50 anos em 5”, priorizou a construção de rodovias, deixando as ferrovias em segundo plano. Para o autor, essa política estava subordinada, claramente, aos interesses das montadoras internacionais de automóveis. Isso tem feito com que a indústria automobilística continue constituindo um dos principais capitais operantes no Brasil, e nesse sentido, segue-se a lógica do desenvolvimento de políticas, por parte do Estado, para favorecer ainda mais aumento de acúmulo de capital das empresas automobilísticas. Daí o autor conclui que o investimento no transporte individual é prioridade em detrimento do investimento no transporte coletivo (GODEIRO, 2012).

Em seu estudo, Godeiro (2012, p. 36) identificou que tem sido catastrófico o resultado do alto investimento no transporte individual, visto que, das 150 milhões de viagens realizadas por dia, 59% são motorizadas e apenas 3% são de metrô e trem, enquanto 38% dessas viagens são a pé. O autor afirmou, baseado em dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que:

[...] o prejuízo com o congestionamento nas 10 maiores cidades brasileiras –e de R\$ 460 bilhões por ano (13% do PIB do Brasil), valor que, investido no transporte público, resolveria o caos nas grandes cidades brasileiras. Em 2009, produziu um recorde de engarrafamento em São Paulo de 293 quilômetros, congestionamento equivalente à distância entre Natal e Recife. (GODEIRO, 2012, p. 36).

A política de transporte público no Brasil faz parte de um quadro mais amplo de modelo de desenvolvimento adotado historicamente pelo país, especialmente no que diz respeito às políticas sociais, como afirma Pereira (2012). Para ela, desde o governo republicano de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1961, considerado até aquele momento o mais democrático, a política social foi colocada numa posição marginal. Inclusive a própria educação presente no Plano de Metas desse governo tinha praticamente o único objetivo de preparar mão de obra para empresas estrangeiras que se estabeleceram no país, especialmente as do ramo automobilístico (PEREIRA, 2012, p. 733).

Já no período da ditadura militar, a política social também estava a favor das classes dominantes:

[...] a política social foi amplamente utilizada como compensação ao cerceamento dos direitos civis e políticos, praticados pelo Estado, que, graças à existência à época de um ciclo econômico expansivo internacional, deu continuidade à industrialização desenvolvimentista no país. (PEREIRA, 2012, p. 733).

Porém, mesmo com o fim da ditadura militar, a democratização do país e a construção coletiva do texto da Constituição Federal de 1988 no Brasil, o movimento mundial do capital se dava no sentido da implementação de políticas neoliberais e negação da proteção social no modelo socialdemocrata. E, por esse motivo, deu-se um processo de desfiguração das conquistas sociais garantidas, pelo menos teoricamente, pela Constituição Federal. Sendo assim, conforme Pereira (2012, p. 736), o país continua sem conseguir vencer a grande desigualdade social construída historicamente, “[...] as deficiências estruturais e acumuladas nas áreas da saúde, educação, assistência social, seguro-desemprego, [...] e problemas crônicos nas áreas da infraestrutura urbana (habitação, saneamento básico, transporte), da reforma agrária [...]”.

Especialmente com relação ao período recente, de implementação de políticas neoliberais mundialmente, o foco da política social deixou de ser as necessidades humanas para o atendimento às necessidades do capital, ou seja, a satisfação do crescimento das taxas de lucro, que é a condição primeira para a manutenção do capitalismo (PEREIRA, 2012, p. 737).

Diante desse quadro, ressaltamos que a luta pelo transporte coletivo no Brasil não é recente e não se limita às últimas décadas da história do nosso país. As manifestações de insatisfação com o transporte coletivo com pichações e incêndios de ônibus, por exemplo, têm sido comuns nos grandes centros urbanos do Brasil. Essa situação se dá historicamente, uma vez que as políticas de transporte nacionais, e em países capitalistas em geral, são planejadas e ofertadas de modo a atender mais às necessidades do capital que às necessidades dos próprios usuários do transporte coletivo público, os trabalhadores (ASSAD; QUEIRÓZ, 2015).

O Movimento Passe Livre (MPL) teve suas ações consolidadas em âmbito nacional, em janeiro de 2005, durante a plenária do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Ao final da plenária, foi aprovada uma resolução que determinava o caráter autônomo, independente e apartidário do

movimento (NUNES; CARRASCO, 2015). Atualmente destaca-se na luta por um transporte público gratuito para toda a população no Brasil e se autodenomina um movimento social autônomo, horizontal, independente, apartidário (porém não antipartidário)². O MPL é formado por um conjunto de pessoas que se organizaram para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade, e está presente em várias cidades do Brasil, na luta pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços, por meio da conquista da tarifa zero. As organizações do MPL pelo país estão distribuídas nas seguintes regiões: ABC Paulista, Distrito Federal, Florianópolis, Goiânia, Grande Vitória, Guarulhos, Joinville, Natal, Niterói, Salvador, São José dos Campos, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Ribeirão Preto, Curitiba, São Luís, Belém e Belo Horizonte.

De acordo com Gohn (2008), os movimentos sociais podem ser divididos nos seguintes tipos e categorias: movimentos sociais construídos a partir da origem social da instituição que apoia ou obriga seus demandatários (ex.: religiosos, político-partidários, sindicais); a partir das características da natureza humana (ex.: sexo, idade, raça e cor); a partir de determinados problemas sociais (ex.: pela saúde, pelo transporte, ecológicos, de preservação do patrimônio histórico); em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação (ex.: no Brasil, movimentos nacionalistas ou libertários); construídos a partir de ideologias (ex.: anarquismo, marxismo e cristianismo, que geram movimentos sociais específicos). Diante dessa categorização, podemos situar o MPL nos movimentos sociais que foram construídos a partir de determinados problemas sociais.

Como proposto por Gohn (2008), os movimentos sociais referem-se à ação dos homens na história. Mas ela destacou a importância de realizar uma diferenciação do termo movimentos sociais com outros comumente confundidos com ele, como por exemplo, a ação coletiva. Segundo a autora (GOHN, 2008, p. 246), “Um protesto (pacífico ou não), uma rebelião, uma invasão, uma luta armada, são modos de estruturação de ações coletivas, poderão ser estratégias de ação de um movimento social, mas, por si só,

² As informações acerca do MPL contidas no início desta seção do texto foram retiradas do site nacional do Movimento Passe Livre, que encontra-se no endereço: <<http://www.mpl.org.br/>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

não são movimentos sociais.” Sendo assim, identificamos na trajetória do movimento social Passe Livre, a realização de ações coletivas como parte das estratégias de lutas.

Dois episódios são marcantes na origem e atuação do MPL nos últimos anos. O primeiro deles foi a Revolta do Buzu – em 2003, uma revolta popular organizada e realizada por jovens, estudantes e trabalhadores que fecharam as ruas de Salvador, capital baiana, contra o aumento das tarifas do transporte em uma paralisação que durou dez dias. O segundo, foi denominado Revolta da Catraca e ocorreu em 2004, quando estudantes, associações de moradores, professores, sindicatos e a população em geral, em Florianópolis saíram às ruas pedindo a redução das tarifas³ (NUNES; CARRASCO, 2015).

Além dessas mobilizações, destacamos a importância do MPL no período recente de manifestações conhecido como “Jornadas de Junho de 2013”⁴. A primeira manifestação das Jornadas de Junho ocorreu em São Paulo, em 6 de junho de 2013, com objetivo de demonstrar a insatisfação da população com o aumento de 0,20 centavos no preço da passagem na capital paulista. Porém outras cidades solidarizaram-se à situação da cidade de São Paulo, também reivindicando a redução da tarifa de transporte em seus territórios. Novas pautas foram acrescentadas, além do aumento da tarifa do transporte público, como por exemplo, a situação da saúde e da educação no país. Desse modo, no que se refere às Jornadas de Junho de 2013, o MPL “[...] foi o ator mais importante na primeira fase dos protestos” (SECCO, p. 76, 2013). De 2013 até hoje, diversas manifestações foram organizadas pelo MPL em todo o Brasil.

³ Além desses fatos marcantes na trajetória do MPL, podemos destacar: II Revolta da Catraca em Florianópolis (2005); Encontro Nacional do Movimento Passe Livre (2006); Luta contra o aumento em São Paulo (2006); Luta contra o aumento no Distrito Federal (2008); Aprovação do passe livre estudantil no Distrito Federal (2009); ocupação da Secretaria de Transportes em São Paulo (2009); Luta contra o aumento em São Paulo (2010); Luta contra o aumento em São Paulo e em várias capitais (2011); Mobilizações revogam aumento em Teresina (2011); Lutas em São Paulo revogam aumento (2013); Mobilização derruba aumento em Porto Alegre (2013); Jornadas de Junho revogam o aumento em mais de cem cidades (2013). (Movimento Passe Livre – São Paulo, 2013).

⁴ Termo utilizado no livro intitulado “Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil”, publicado em julho de 2013.

O MPL não possui um fim em si mesmo, de acordo com o discurso dos integrantes do mesmo movimento. Na verdade, este se apresenta como um meio para a construção de outra ordem societária. A partir dessa afirmação, expressa no *site* do MPL, podemos realizar uma contraposição ao que apontam alguns autores dos chamados novos movimentos sociais – especialmente os das vertentes acionalistas e pós-modernas-, que afirmam que a dimensão da luta de classes e da busca pela emancipação humana não está presente na bandeira dos movimentos sociais na atualidade.

Destacamos aqui um trecho da “Carta de princípios do Movimento Passe Livre”, acerca das estratégias que devem ser desenvolvidas pelo movimento⁵:

O MPL deve ter como perspectiva a mobilização dos jovens e trabalhadores pela expropriação do transporte coletivo, retirando-o da iniciativa privada, sem indenização, colocando-o sob o controle dos trabalhadores e da população. Assim, deve-se construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente. Portanto, deve-se participar de espaços que possibilitem a articulação com outros movimentos, sempre analisando o que é possível fazer de acordo com a conjuntura local. [...] O MPL deve fomentar a discussão sobre aspectos urbanos como crescimento desordenado das metrópoles, relação cidade e meio ambiente, especulação imobiliária e a relação entre drogas, violência e desigualdade social. O MPL deve lutar pela defesa da liberdade de manifestação, contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais.

Do mesmo modo, a luta pela tarifa zero não tem um fim em si mesma, mas configura um instrumento inicial de debate sobre a transformação da concepção atual de transporte coletivo urbano. A reivindicação tem o objetivo de colocar em xeque a concepção mercadológica de transporte e instigar a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade como direito para toda a sociedade, e um transporte coletivo fora da iniciativa privada, que possa ser administrado com a participação dos trabalhadores e usuários. Além disso, alguns pontos de discussão, segundo o MPL, devem ser pro-

⁵ Disponível em: <<http://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2013/02/carta-de-princ--pios-do-movimento-passe-livre.pdf>>. Acesso em: 1º fev. 2017.

blematizados, como o crescimento desordenado das metrópoles, a relação entre cidade e meio ambiente e a especulação imobiliária, por exemplo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações realizadas pelos autores que tomamos como referência para o estudo dos novos movimentos sociais e das características do Movimento Passe Livre identificadas em publicações e especialmente na Carta de Princípios do referido movimento, identificamos o MPL no contexto dos novos movimentos sociais.

Da concepção de Bihir (2010) acerca dos novos movimentos sociais, destacamos quando o autor declara que eles acabaram por salientar algumas insuficiências do movimento operário, dando conta de determinadas especificidades que este não daria, por exemplo. Mesmo que os novos movimentos sociais lutem por questões que aparentemente estão fora da esfera da produção e do trabalho, é necessário destacar, a partir do autor, que todas as relações sociais são consideradas políticas, visto que a exploração capitalista também se dá em espaços que parecem não ter relação direta com o trabalho. O modo como é gerenciado o transporte coletivo hoje é um exemplo de como a exploração sobre a camada populacional que depende desse transporte para se locomover seja a trabalho, lazer etc., se dá em outras esferas da vida social e pode ter relação direta com a luta dos trabalhadores em geral.

Além disso, identificamos no MPL o proposto pelo autor (BIHR, 2010) como uma característica dos novos movimentos sociais, o desenvolvimento de ações críticas e contestatórias, questionando determinado aspecto particular das condições mais gerais de existência que resultam da forma como a práxis social é apropriada pelo capitalismo, responsabilizando o poder público por essas condições. Também destacamos a autogestão e a resistência a partidos políticos como pontos sobre os novos movimentos sociais a partir de Bihir (2010), presentes nos princípios do MPL, mesmo que não expressos diretamente assim⁶. Sendo assim, consideramos que a

⁶ Destacamos que o antipartidarismo configura uma característica do referido movimento, a partir do conteúdo de sua carta de princípios. Porém não podemos afirmar que, na prática, de fato essa característica se mantém.

luta por um transporte público de qualidade, que é também realizada pelo MPL, representa um tipo de novo movimento social.

Em Touraine (1988) também podemos identificar características dos novos movimentos sociais comuns ao MPL. Como exposto acima, nessa nova configuração do modo de desenvolvimento capitalista, a sociedade programada, a população não é apática, nem despolitizada, nem vive o fim das ideologias. Na verdade, o que ocorre é a formação de um novo movimento social com novas manifestações da opinião pública, e conseqüentemente, novas reivindicações políticas. Dentre as características presentes no MPL que podemos identificar com os novos movimentos sociais a partir de Touraine (1988), destacamos a não subordinação a teóricos ou partidos, sua autogerência e autodeterminação, a ausência de centralismo, busca de autonomia e iniciativa, e o pertencimento ao movimento não se dar pela filiação a certo grupo bem definido, e sim de maneira voluntária.

REFERÊNCIAS

ASSAD, Kader Carvalho; QUEIRÓZ, Imar Domingos. Movimentos sociais pelo transporte coletivo no Brasil: manifestações, estratégias de luta e desafios. *Serviço Social em Revista*, Londrina, PR, v. 18, n. 1, p. 5-23, jul./dez. 2015.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa – o movimento operário europeu em crise*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

GODEIRO, Nazareno. Transportes urbanos no Brasil, 2% do PIB para solucionar a crise da matriz metroviária. *Universidade e Sociedade*, ano 22, n. 50, p. 32-45, jun. 2012.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MARTINS, Caio. Movimentos sociais e luta de classes: crítica às teorias dos “novos movimentos sociais” e dos “movimentos socioterritoriais”. In: MONTAÑO, Carlos (Org.). *Canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”*. São Paulo: Cortez, 2014.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, classe e movimento social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. Não começou em Salvador, nem vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Hermínia et al. *Cidades rebeldes: passe*

livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 13-8.

NUNES, Lucas Sant'Ana; CARRASCO, Vinicius Martins. A Representação Social do Manifestante do MPL-SP no Primeiro Ato de 2015. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE MÍDIA CIDADÃ, 10.; CONFERÊNCIA SUL AMERICANA DE MÍDIA CIDADÃ, 5., Bauru, 22-24 abr. 2015. *Anais...* Bauru, SP: UNESP, 2015. Disponível em: <<https://www.faac.unesp.br/Home/Departamentos/ComunicacaoSocial/midiacidadada/dt5-6.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2017.

PEREIRA, Potyara. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 729-53, out./dez. 2012.

RAMOS, Rubia. Sociedade programada: a sociologia de Alain Touraine sobre a modernidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., 2011. *Anais...* Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=search_result&Itemid=170>. Acesso em: 28 maio 2017.

SECCO, Lincoln. As jornadas de junho. In: MARICATO, Hermínia et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 71-8.

TOURAINÉ, Alain. *O pós-socialismo*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

